

Os álbuns fúnebres de Basílio Jafet: vocação pública e razão identitária de um monumento doméstico**

The funeral of Basil albums Jafet: public vocation and reason of identity of a domestic monument



RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar as motivações que acompanharam a confecção e o uso dos álbuns fúnebres de Basílio Jafet (1866-1947), o que será feito pela apreciação desse material enquanto monumento funerário de natureza doméstica. Deste modo, busca-se entender os álbuns em sua condição de coleção privada, enfatizando duas características que a literatura considera como inerentes a conjuntos desse tipo: como “vocacionados à esfera pública” e como “fatos autobiográficos”. É, portanto, em razão e por meio desses traços gerais que eles serão analisados em sua função de suporte identitário de grupo. A hipótese aqui é que, dentre as diretrizes principais da constituição e consumo deste conjunto, estão as estratégias adotadas nos círculos mais proeminentes, dentre os imigrantes sírios e libaneses, tanto em termos de ampliação e consolidação de prestígio no interior da colônia como de sua inserção no quadro maior da elite paulistana de tradição, na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Imigração libanesa – Memória – Acervos particulares – Monumentos funerários.

ABSTRACT

This article aims to investigate the reasons that accompanied the preparation and use of the funeral albums of Basilio Jafet (1866-1947). This will be done, on the one hand, by the appreciation of this material as a funerary monument of domestic nature. Thus, the albums will be understood as private collection, emphasizing two characteristics that the literature considers as inherent in such set: as “geared to the public sphere” and as “autobiographical facts.” It is, therefore, due and through these general traits that they will be analyzed in their function of group identity’s support. The specific hypothesis here is that among the main guidelines for the constitution and use of this set are the strategies adopted in the most prominent circles from the Syrian and Lebanese immigrants, both in terms of expansion and consolidation of prestige within the colony, as also insertion in the bigger circle of the traditional elite of São Paulo in the first half of the twentieth century.

Keywords: Libanese immigrations – Memory – Private collections – Funerary monuments.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). CV: <<http://lattes.cnpq.br/4202181384493481>>.

** Registro aqui meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. Paulo César Garcez Marins (MUSEU PAULISTA/USP), não só por apresentar os álbuns, como também pela valiosa interlocução a respeito deles. Sem sua aguda sensibilidade - que de pronto identificou o potencial heurístico desse material - essa reflexão não teria sido sequer possível.



Em 2003, o Museu Paulista recebeu de membros da família Jafet, dentre um conjunto que incluía desde objetos e imagens a documentos textuais (conforme atesta a lista completa da doação constante do laudo técnico e de avaliação), quatro álbuns que reuniam registros, textuais e iconográficos, respeitantes exclusivamente às exéquias fúnebres, missa de sétimo dia e homenagens póstumas que tiveram lugar em 1946, quando da morte de um de seus patriarcas, Basílio Jafet. Estes foram, ao que tudo indica, confeccionados imediatamente ao desfecho de tais eventos, uma vez que reúnem apenas material produzido logo após sua ocorrência. Sua organização obedeceu à natureza dos testemunhos que os compõem. Um deles, cujas condições denunciam possivelmente um manuseio mais frequente, é composto por 47 registros fotográficos das exéquias e da procissão fúnebre. Um segundo contém matérias de jornais sobre Basílio Jafet ensejadas por seu passamento e um terceiro reúne telegramas, ofícios e cartas abertas (publicadas em jornais) dirigidas à família. Há ainda mais um, constituído por 36 fotografias das missas de sétimo dia (realizadas no Brasil e no Líbano), bem como pelos anúncios e matérias nos jornais a respeito destas cerimônias. É sobre os dois álbuns que contêm os recortes de jornais (nos quais, portanto, é mais pronunciado seu caráter público), que procedi à análise cujos resultados registro aqui. Antes, é necessário apresentar sumariamente alguns dados sobre seus primeiros proprietários.

Como observa Oswaldo Truzzi (2008) em seu estudo sobre os imigrantes sírios e libaneses em São Paulo, à época da morte de Basílio Jafet, ele e seus irmãos – imigrantes libaneses católicos ortodoxos oriundos da cidade de Schueir, que por aqui chegaram no fim do século XIX, alguns na condição de pequenos comerciantes – já se constituam, tal como outros pioneiros da industrialização de São Paulo, como um dos grupos mais ricos de seu tempo. De fato, nessa época, a Organização Jafet encontrava-se próxima de seu apogeu, concentrando seus investimentos na área têxtil, na mineração e na siderurgia. Em 1955, contava com nada menos de 14 empresas, entre usinas, uma transportadora e um banco. Condição que, por exemplo, permitiu que eles praticamente criassem o bairro que adotariam por residência e local de algumas de suas fábricas e vilas operárias, o Ipiranga, localidade na qual reinavam absolutos e privavam de facilidades, como uma linha de ônibus própria. Tal prosperidade não sofreria abalos até a década de 1960, quando se viu severamente desfavorecida pelas mudanças de orientação política e econômica por parte do governo federal.

Até então, em virtude da pujança de seus negócios, a família e seus chefes conheceriam considerável respeito no interior da colônia e igual reconhecimento fora dela. Exemplo disso é que, em 1928, quando da doação por parte da colônia libanesa de um monumento comemorativo do Centenário da Independência no parque D. Pedro, cuja inauguração contou com a participação de altos dignitários em nível municipal, estadual e federal, o então presidente da República se fez representar por Basílio Jafet. Mais tarde, ele próprio seria homenageado pela colônia com o título de “chefe supremo”. Deve-se observar, por fim, que, como resultado do capital social acumulado pelo clã Jafet, essa época conhece uma primeira tentativa de participação de membros da família nos quadros políticos nacionais por parte de membros da família. Tal condição também estava de acordo com a trajetória geral da colônia libanesa

no Brasil, pois, de acordo com Truzzi (2008), como resultado do sucesso econômico e social de parte desses imigrantes, surgiu a percepção de que os meios de ascensão não poderiam continuar se sustentando apenas da atividade comercial, uma vez que as oportunidades ali já haviam sido consideravelmente exploradas. Isso explica o forte investimento que a colônia passa a dedicar na educação própria ou dos filhos, o que originou uma vigorosa penetração de imigrantes e descendentes no mercado de profissões liberais. Dali foi apenas um passo para o ingresso de elementos da comunidade na política parlamentar e, em seguida, executiva, num contexto mais favorável, o da democratização que sucede ao Estado Novo. Essa última consideração é de extrema importância aqui, pois é nos quadros dessa nova preocupação por parte dos imigrantes libaneses que seriam produzidos os álbuns em questão. No caso do Jafet, estes colherão alguns inegáveis sucessos nesse âmbito, até que este projeto (tal como a projeção econômica e social do grupo) fosse comprometido irreversivelmente pelas opções do regime militar instalado em 1964.

Características gerais dos álbuns

A despeito de não constar numeração nos álbuns, a breve biografia do homenageado (a qual vem acompanhada de uma nota indicando tratar-se de uma transcrição de um texto publicado no jornal *Diário da Noite*, datado de 05 de maio de 1947, que abre o volume relativo às fotografias do cerimonial no Brasil, sugere que desse ser este álbum aquele que, em termos da ordem de apreciação/leitura do conjunto, iniciaria a coleção. Apresento, na sequência, as partes principais deste texto, uma vez que elas ilustram a lógica que orientou a realização dos álbuns, ao conter os elementos fundamentais que caracterizariam a biografia do patriarca que os álbuns servem para sustentar.

Com 11 anos de idade, dava expansão ao seu espírito intrépido e decidido, rumando em busca de novos horizontes, vindo aportar às plagas brasileiras em 1888. Aqui, com seus irmãos Nami, Benjamim e João, fundou uma casa comercial de vulto [...].

Em 1901, empreendeu nova viagem para a terra de origem, onde, encontrando uma moça prendada e de tradicional família, a Srta. Adma Mokdessi, com ela contraiu núpcias, voltando em seguida para o Brasil. Em 1907, em companhia dos referidos irmãos, fundou no bairro do Ipiranga uma indústria de tecidos [...],

hoje uma das mais destacadas empresas da América do Sul, em cuja direção, como presidente, veio a morte colhê-lo em plena atividade apesar dos seus oitenta anos. O bairro do Ipiranga, região inhabitada, transformou-se na atual progressiva pujança industrial e residencial, graças a dois acontecimentos: a proclamação da Independência e a radicação da família Jafet.

Como esposo e pai, Basílio Jafet foi um modelo de dedicação e amor, educando e dirigindo a sua família nos princípios da honra e da moral

cristã. A sua bondade não ficava restrita à sua casa, era como o cedro de sua terra, grande e acolhedor, aconchegando debaixo de sua sombra protetora, todos os membros da numerosa família Jafet e seus afins, de quem com justiça era o chefe [...].

Como homem de negócios, tinha por lema a honradez e o trabalho contínuo, não pela fortuna mas pelo cumprimento do dever e apesar dos anos, quem passasse às sete horas, na rua dos Patriotas, infalivelmente deparava com a figura reta e simpática de Basílio Jafet, dirigindo-se para a sua fábrica, no mesmo horário de seus operários.

Como homem público, o falecido apresentava vários aspectos. Dedicou longos anos lutando pela independência de sua terra natal [...].

No Brasil, a sua segunda pátria, além das obras sociais e auxílios a todas as campanhas nacionais, a sua atuação sempre repercutiu favoravelmente a ponto de tê-lo como o representante da Colonia Libanesa e seu chefe indiscutivelmente [...].

Em todas suas iniciativas, Basílio Jafet sempre contou com o apoio geral e notadamente com o trabalho de sua esposa e filhos, que foram o seu braço direito nas obras de caridade públicas e anônimas [...]. A perda de Basílio Jafet não atinge a sua família somente. Homens como o falecido, fazem falta à coletividade.¹

No que tange ao critério de seleção do material/conteúdo por parte daqueles que confeccionaram a coleção, é notório o fato de que eles privilegiaram a dimensão pública dos eventos, não reunindo dados concernentes às manifestações relativas ao âmbito doméstico e ao círculo das pessoas mais próximas, aquelas que expressariam as reminiscências e afetos construídos e legados pelo convívio íntimo. Assim, se os álbuns foram feitos para serem consumidos na esfera privada, eles tratam exclusivamente do homem público, o que sugere a intenção de privilegiar entre seus familiares diretos e descendentes a memória pública de seu patrono, em detrimento da constituída na esfera doméstica. Outra hipótese complementar (que será explorada adiante neste artigo) é que este material foi produzido para ser de conhecimento de um universo mais abrangente, intencionalidade que se prolongaria e explicitaria, inequivocamente, com sua doação posterior para um museu. Quase todo material que está lá (exceto os telegramas, que são excusivamente referentes à esfera pública e profissional do falecido) foi publicado em jornal, além dos próprios recortes. Não há nada ali que não tenha se tornado público. A hipótese é que o álbum tenha sido organizado com o material que a própria família entregou à imprensa (provavelmente por meio de uma assessoria de imprensa de que o grupo empresarial deveria dispor) e, depois, acrescentado com as matérias já publicadas.

Além disso, outro aspecto de constatação rápida: o fato de que todas as matérias de jornais e de outros periódicos presentes no álbum se caracterizam por uma narração laudatória dos feitos do cavaleiro. Um dado curioso reforça essa observação. No início do álbum é apresentada uma longa listagem dos jornais que teriam noticiado a morte do patriarca, o que atesta o desejo de dar a dimensão da importância do ilustre imigrante. O fato é que esta lista, quando cotejada com o conteúdo do álbum, revela a ausência nele de algumas matérias

1 MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (doravante MP-USP). Coleção família Jafet. *Álbum com notas publicadas em jornais por ocasião do funeral de Basílio Jafet*: Álbum nº 20, s/p.

que segundo ela haviam anunciado e comentado a morte de Basílio. Algumas ausências são sugestivas, como é o caso de uma, que teria sido publicada pelo *O Operário*, periódico cujo título permite supor ser ele de orientação classista.² Lamentavelmente, não foi possível recuperar quaisquer destes periódicos mencionados nas listas (uma vez que não foram encontrados) e não constantes dos clippings que compõem os álbuns. Esse dado teria sido fundamental para evidenciar os conteúdos cortados da biografia acerca de Basílio que se quis compor.

Assim, o que é evidente, dado o caráter unívoco quanto às imagens que fixa e veicula do patriarca (ao menos pelo fato de que é sempre em termos positivos que ele é no álbum apresentado), é sua função monumental. Em poucas palavras, trata-se de artefato cuja intencionalidade reside na fixação e disseminação de uma determinada imagem que se pretende definitiva sobre o passado, de modo a melhor assumir seu papel de instrumento na luta pela conquista e manutenção de capital simbólico – nesse caso, a memória³ – e seus dividendos políticos e sociais. Assim, é reveladora das estratégias de inserção e reconhecimento social por parte desta elite de origem imigrante.

A vocação pública dos álbuns e sua dimensão autobiográfica

À luz do exposto, é possível pensar os álbuns a partir de alguns elementos fundamentais que definem sua natureza diversificada. Trata-se de uma identificação a partir da qual é possível ancorar uma estratégia de análise dos motivos que presidiram sua confecção e usos subsequentes. Em poucas palavras, julgo oportuna a apreciação desse material enquanto monumento fúnebre cuja função se realizou originalmente em âmbito doméstico. Isso implica, em primeiro lugar, reconhecer nos álbuns sua dimensão de coleção privada, enfatizando duas características que a literatura sobre arquivos privados entende como inerentes a conjuntos desse tipo: como “vacionados à esfera pública” e “fatos autobiográficos”. Em segundo, que se leve em consideração sua particularidade de artefato funerário, o que faremos no item seguinte. Conforme afirmado previamente, uma primeira hipótese geral a esse respeito é que os álbuns em questão manifestam de maneira bastante eloqüente aspectos fundamentais das coleções particulares, conforme apontados por Ulpiano Bezerra de Meneses (1998): ela são, ao mesmo tempo, “vacionadas para o ‘espaço público’” e “atos autobiográficos”. De fato, segundo ele:

A primeira inferência é que a coleção, por mais personalizada e centrada no indivíduo, se faz sempre em relação ao outro. E, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir

- 2 Não nos foi possível comprovar essa hipótese, pois nada foi encontrado a respeito desse jornal. Conseguiu-se informação a respeito de outros jornais com esse nome, mas nenhum deles em atuação para o período em questão.
- 3 Memória é entendida aqui equanto representação socialmente construída e compartilhada do passado e que tem papel fundamental na coesão e definição identitárias de grupos sociais, conforme definida pelo fundador da tradição da abordagem social da memória, Maurice Halbwachs (2005).

o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público'. O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado, suprimindo pela violência as redes de interação. Não é, pois, força de expressão procurar entender a coleção como ato autobiográfico (Meneses, 1998, p. 97).

Como tais considerações se aplicam ao caso particular aqui examinado? Como entender os álbuns como “vocacionados ao espaço público” e como “ato autobiográfico”? Em relação à primeira característica, a hipótese é mais evidente, bastando para tanto retomar alguns dados apresentados. A despeito dos álbuns, ao que tudo indica, terem sido concebidos para uso doméstico (ainda que possivelmente não restritos ao círculo familiar) como já se assinalou, é basicamente a figura pública de Basílio Jafet que é ali lembrada e celebrada. Com efeito, a biografia apresentada se limita à exposição de características e feitos decorrentes de suas atividades enquanto empresário, benemérito e representante da colônia libanesa, passando ao largo inclusive, de muitas descrições comuns em epitáfios desta natureza, nas quais se registra, mesmo que com toda parcimônia, alguns dos hábitos e predileções de ordem privada por parte do falecido tais como, por exemplo, as atividades recreativas de sua preferência. Se isso já sugere uma intencionalidade tendente a uma interlocução própria à esfera pública – ainda que, como lembra Meneses (1998), não venha efetivamente a ocorrer na prática –, o reconhecimento dessa virtualidade certamente está na origem da decisão dos descendentes da família Jafet de doar os álbuns ao Museu Paulista. O fato é que quase todo material que está lá foi publicado em jornal, além dos próprios recortes. Não há nada ali que não tenha se tornado público.

A hipótese acerca do material como “ato autobiográfico” talvez seja menos óbvia. Como um álbum fúnebre, isto é, que tem como objeto um morto, pode ser portador destas prerrogativas? É correto afirmar que a organização do álbum se presta a apresentar uma parte fundamental da biografia de Basílio Jafet e de algum modo narrá-la, mesmo porque, entendida como registro do desfecho de sua trajetória pessoal, ela dá sentido aos demais episódios de sua vida que não deixam, portanto, de ser ali lembrados, sobretudo através dos recortes de jornais. Isso não faz, evidentemente, dos álbuns um “ato autobiográfico”, a não ser que, como proponho aqui, estes sejam entendidos como registros organizados pela família Jafet de modo a dar a conhecer parte importante de sua própria história. Talvez não seja demais lembrar, como observa Sérgio Miceli (2001), em seu texto clássico a respeito das fontes para o estudo das elites no Brasil, que o exame adequado “das fontes que documentam a experiência de seus integrantes” significa sobretudo identificar esses corpora como “produto de uma atividade de simbolização mediante a qual esses grupos manifestam sua existência material, política e intelectual” (Miceli, 2001, p. 349).

Em outras palavras, deve-se assumi-las como “parte integrante do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua imagem”, servindo “tanto para exprimir certas demandas por significados e cálculos ‘coletivos’ como também lhes dão forma e sentido” (Miceli, 2001, p.

349-350). Assim, creio que é sua auto-imagem que a família Jafet procura construir, perpetuar e divulgar por meio destes álbuns e é este conteúdo que procuraremos identificar e analisar. Cabe observar ainda que a hipótese relativa à dimensão “autobiográfica” será mais uma vez reforçada adiante, quando será abordado o papel dos mortos na consolidação de identidades coletivas e na fixação de determinadas representações do passado desse grupo.

A análise feita por Ana Paula Simioni (2007) de um material de algum modo semelhante endossa as observações de Ulpiano sobre as coleções privadas e propõe outra também bastante útil aqui. Trata-se também de um álbum, intitulado “Souvenir de ma carrière artistique”, de autoria da artista plástica paraense Julieta de França que, com recortes de jornal, correspondência passiva e fotografias, teve como função registrar, como o título já diz, os momentos mais importantes de sua carreira profissional. Foi concebido, portanto, como recurso derradeiro para obter reconhecimento público de seu trabalho. Simioni observa que, como no caso aqui examinado, ainda que até à doação para o Museu o acesso a este álbum tenha estado restrito à posse e fruição da família da artista, sua narrativa, tanto devido ao critério seleção documental quanto pelo conteúdo de que esse conjunto é portador, não faz senão apresentar a faceta pública de sua vida. Assim, é tanto ato “autobiográfico” quanto aderente à esfera pública.

Além disso, Simioni reconhece que, embora este seja um conjunto discursivo que deve à artista sua seleção e ordenamento, nele não há nada efetivamente escrito pela artista, faltando ali “um elemento considerado decisivo dentro do gênero autobiográfico: o ato narrativo explícito” (Simioni, 2007, p. 252). A partir disso, a autora chega a duas considerações, que também valem para os nossos álbuns. A primeira é que, ao escrever desta forma Julieta de França procura emprestar mais “objetividade” aos fatos assim “narrados”. A intenção é esta no caso dos álbuns, ainda que a partir de uma estratégia mais prosaica, uma vez que o que se apresenta é a simples e exaustiva repetição de alguns elementos básicos nas diversas sumarizações biográficas publicadas em periódicos e dias diferentes e cuja função, é, em coro, garantir o estatuto de veracidade a tais elementos.

A segunda observação de Simioni a respeito do material por ela analisado é que, como a estratégia desse tipo de construção discursiva se faz por meio de inúmeras terceiras pessoas, cujos textos suportam a narrativa, estamos sempre diante de sujeitos de locução distintos. Tal condição permite que Simioni entenda o álbum por ela analisado como bastante indicativo da “mecânica de funcionamento do campo artístico nacional na I República” (Simioni, 2007, p. 251). Como se disse, no caso dos álbuns de Jafet, os clippings não foram exatamente um recurso a partir do qual se traçou, em pontos diferentes, a narrativa, ainda que estes recortes compartilhem com aqueles constantes no álbum da artista a função principal de presumidamente emprestar objetividade ao conteúdo veiculado. Uma vez que o que se fez aqui foi replicar uma narrativa já inteiramente apresentada em cada um dos recortes anexados a partir de jornais diferentes, é possível afirmar que disso resulta numa pluralidade lugares de locução (jornais classistas, de diferentes comunidades imigrantes, de organismos públicos e políticos etc.).

Os álbuns como monumento funerário

Em resumo, é isso tudo que permite entender os álbuns como portadores, ao mesmo tempo, de uma natureza primariamente privada, de uma “vocação” pública e de uma razão identitária. Importa lembrar agora que o modo particular como estas características se manifestam dizem respeito a outro atributo do material, qual seja, a sua condição de artefato funerário.

Trato aqui primeiramente de sua condição de suporte material a uma prática fúnebre cuja expressão tem seu lugar no circuito das relações de intimidade. Em seus textos clássicos, Philippe Ariès (1977) identifica uma importante ocorrência (situada por ele no período pós-Restauração): a valorização e externalização dos sentimentos que presidiam as relações entre o desaparecido, familiares e amigos, e o correspondente surgimento de toda uma série de memorabilia. Entre elas, é possível enumerar, por exemplo, a estatuária e inscrições cimiteriais, as cartes de visite, por ocasião das exéquias e missas de sétimo dia, as fotografias post-mortem, as lembranças confeccionadas com parte do cabelo ou com as cinzas do falecido e, ainda, a indumentária vitoriana do luto, quase todos disseminados globalmente.

É por intermédio desse aparato que essa nova sensibilidade burguesa em relação à morte e aos mortos se manifesta materialmente. Estudos como, por exemplo, os de Ana Mauad (1999) e de Luiz Vailati (2006 e 2010) identificam o advento de comportamentos semelhantes entre setores mais urbanizados no Brasil. Ainda que o período em tela (imediatamente após as guerras mundiais) conheça um irreversível influxo desse tipo de atitude perante a morte e os mortos, considero que, por suas características físicas e estéticas (entre outras, a capa preta e as letras douradas) e pela própria ocasião de sua produção (logo após a morte), os álbuns possam ser enquadrados nessa cultura material do fato fúnebre. É essa hipótese, por exemplo, que permite supor, com mais elementos, seu uso primário destinado ao âmbito doméstico. Não é negligenciável, igualmente, o fato de haver registro ali do afeto que preside as relações do defunto com os seus, por meio de menções às suas qualidades como excelente pai e marido.⁴ Aliás, a publicização dos laços familiares é característica desse culto familiar dos mortos.

É quanto à dimensão pública deste artefato funerário, portanto, que este revela seu potencial heurístico para o viés aqui adotado. É nesse quadro de valorização fúnebre das relações familiares e de afeição que, segundo Michel Vovelle (2000), se daria o retorno e consubstanciação, no nível das práticas, da herança ilustrada relativa a um culto cívico dos mortos, do qual emprestará a força emocional necessária aos objetivos políticos e sociais que o animam. Sobre a origem desta herança, Philippe Ariès (1977) identifica a transformação pela qual teria passado os sentidos associados à liturgia funerária no século XVIII. Cumprindo uma função exclusivamente associada a uma pedagogia piedosa e uma economia salvífica, esta passaria a

4 Conforme consta no texto que abre os álbuns e cujo conteúdo é reproduzido em inúmeras matérias de jornais, “Como esposo e pai, Basílio Jafet foi um modelo de dedicação e amor, educando e dirigindo a sua família nos princípios da honra e da moral cristã. A sua bondade não ficava restrita à sua casa, era como o cedro de sua terra, grande e acolhedor, aconchegando debaixo de sua sombra protetora, todos os membros da numerosa família Jafet e seus afins, de quem com justiça era o chefe”. MP-USP. Coleção família Jafet. *Álbum com notas publicadas em jornais por ocasião do funeral de Basílio Jafet*: Álbum nº 20, s/p.

assumir-se, por meio da reverência aos mortos ilustres, como estratégia formativa que almeja o desenvolvimento do sentimento pátrio e de cidadania. Ainda que esses primeiros esboços de culto secular tenham sido abandonados após o ímpeto revolucionário, elas retornariam, tal como observa Vovelle (2000), em meados do século dezenove, se manifestando, entre outras formas, na proliferação das homenagens aos heróis da nação nos cemitérios e nas praças públicas. Este tipo de culto cívico aos mortos teria vigência na Europa, segundo este autor, até o fim das guerras mundiais.

Estudando o repertório visual referente às representações da República na França, Maurice Agulhon (1979) também se ocuparia desses monumentos-túmulos. Interessa a nós, em particular, a descrição que faz da evolução desses “lugares de memória”, para utilizar a expressão de Pierre Nora (1993), observando que esta não foi isenta de resistências e conflitos abertos, visto que os setores politicamente conservadores cuidarão de defender uma determinada “tradição” nesse âmbito. O modelo de monumento fúnebre respeitante a ela obedeceria algumas características: era construída para lugares fechados e, mais importante, era privilégio de reis e santos e deveria efetivamente abrigar os restos mortais do homenageado. Respondendo a motivações políticas e ideológicas muito claras, este movimento de publicização dos monumentos funerários, que se estenderia até o fim das duas guerras mundiais, implicaria numa gradual substituição desse modelo por um outro, que tem lugar em espaços abertos, prescindiriam dos despojos mortais dos ali lembrados e serão dedicados cada vez mais a massas anônimas, heróis e vítimas das novas hecatombes marciais.

Tal panorama estaria relacionado ao fenômeno a que alguns denominam de “religião cívica” o qual acompanhou o desenvolvimento e o fomento (por parte dos poderes estabelecidos) do sentimento de pertença a uma “comunidade nacional” a partir do século XVIII, conforme indicam estudos como os de Mona Ozouf (1976) e de Fernando Catroga (2005). Este autor lembra que esse tipo de fenômeno, característico do Ocidente contemporâneo, fez uso secularizado das religiões tradicionais e, assim, não só se manifestou por meio de símbolos e ritos como legou uma multiplicidade de expressões iconográficas e comemorativas, dentre as quais marcou presença o culto cívico dos mortos. Certos autores, como George Mosse (1975), salientam que essa apropriação secularizada correspondeu à emergência da política de massas e sua nacionalização, iniciada no século XIX e radicalizada nos regimes autoritários. Para Ozouf (1976) e Catroga (2005), no entanto, essas manifestações corresponderiam também a uma demanda social pela superação da perda que a passagem do tempo impõe, investindo na identidade e memória coletivas como condição de sobrevivência individual após a morte, prerrogativa que as doutrinas e liturgias teológicas não teriam mais como cumprir. Como mostram as análises sobre a transferência dos despojos reais, manifestações dessa natureza e com objetivos similares também tiveram lugar no Brasil, no período examinado. Alguns estudos, como os de Marcelo Abreu (2011), Regina Abreu (1994), Adjovanes Almeida (2009), Luciana Fagundes (2012), José Felipe Gonçalves (2000) examinam para o caso brasileiro o potencial dos rituais fúnebres e da materialidade que os cerca como veículos de divulgação de determinada representação sobre um passado e, nesse sentido, de ideologias específicas.

Diante desse quadro, é possível afirmar que, assim como os álbuns estão relacionados

com a materialidade de um registro sensível que busca perenizar a lembrança do homem em seu círculo privado e sua despedida derradeira na terra, com mais razão eles podem ser associados ao culto público e cívico dos mortos, conforme é documentado de modo distinto pelo já comentado critério de seleção do álbum, que surge dos registros fotográficos do cerimonial que compõe esta coleção, como também pelo conteúdo dos recortes de jornais. Tais características são indicativas de sua particularidade enquanto objeto funerário: é, por assim dizer, monumento privado, mas tal como os seus congêneres de pedra e bronze instalados em espaço público é para o homem cidadão (cuja aclamação pública durante os funerais é o que é registrado) que estes protestam deferência. Essa ambiguidade só iria se resolver, talvez, com a decisão de sua doação a um museu.

Faz-se necessário ainda lembrar que, se os atributos dos álbuns enquanto artefatos funerários em alguma medida potencializam as características já comuns às coleções particulares - as quais borram as fronteiras do público/privado -, o mesmo se passa com seu caráter "autobiográfico" e, por consequência, identitário. Das muitas contribuições que Reinhardt Koselleck (1997) faz sobre as relações entre o culto aos mortos e identidade coletiva, algumas são de especial interesse. Sobre os monumentos funerários, ele observa que estes não apenas servem à lembrança dos mortos, mas neles se explora simbolicamente a vida perdida, de modo a dar sentido aos sobreviventes, sentido este que jamais deixa de se transformar. A partir da Revolução Francesa e sob a égide da fundação e(ou) manutenção dos Estados Nacionais, se assiste ao paulatino esvaziamento do conteúdo religioso vinculado à representação e manipulação simbólica da morte, implicando o desaparecimento gradual do sentido transcendental de que ela se revestia nesses monumentos. Além disso, das duas mencionadas finalidades associadas a eles, cada vez mais predomina a referente a dar sentido ao devir dos vivos, agora exclusivamente ligado ao glorioso destino da Nação para a qual a morte surge como sacrifício cívico, num processo que Koselleck denominou de "funcionalização" dos monumentos aos mortos.

Ora, tal como se passa nos monumentos aos mortos que são objeto dessa nova religiosidade laica em torno da qual se dedicam os autores acima, a ênfase nos álbuns incide sobre as virtudes cívicas do ilustre imigrante, como ilustra o texto que antecede os álbuns que foi reproduzido quase literalmente à exaustão por inúmeras matérias de jornais que integram um dos volumes dos álbuns. Em quatro momentos é possível observar este aspecto: num primeiro, são pontuadas as qualidades patrióticas (e o reconhecimento em vida por elas) de Basílio no que se refere à sua terra natal, nunca por ele esquecida. Segundo o texto, Basílio "dedicou longos anos lutando pela independência de sua terra natal, vindo a merecer [...] a condecoração do merecimento libanês, além da Condecoração do Governador francês no grau de Cavalheiro da Legião de Honra. O Líbano perde efetivamente um dos grandes filhos batalhadores pela sua causa, no exterior".⁵ Em outra parte, são enumeradas as manifestações de dedicação filial à terra adotiva: em "sua segunda pátria, além das obras sociais e auxílios a todas as campanhas nacionais, a sua atuação sempre repercutiu favoravelmente a ponto de tê-lo como o representante da Colonia Libanesa e seu chefe indiscutivelmente, com o pleno

5 Idem.

reconhecimento de todos os libaneses e seus descendentes”. Em seguida, consta sua militância junto à colônia libanesa residente no Brasil. O texto informa que a ele coube a liderança de todas as iniciativas político-sociais, no interior da comunidade imigrante: “presidente [...] do Conselho Administrativo da Igreja Ortodoxa e [...] da Comissão Pró-Monumento da Colonia Sírio Libanesa [...] fundador da Liga Patriótica Sírio Libanesa, que teve [...], do Hospital Sírio-Libanês, do Clube Atlético Monte Líbano e outros”.⁶

O quarto momento é aquele no qual o núcleo familiar de Basílio é incluído na narrativa de atos cívicos praticados: “em todas suas iniciativas, Basílio Jafet sempre contou com o apoio geral e notadamente com o trabalho de sua esposa e filhos, que foram o seu braço direito nas obras de caridade públicas e anônimas, notadamente na Campanha de Redenção da Criança e no erguimento do Hospital da Colonia Sírio Libanesa”. Nesta passagem, é possível observar a importância das ponderações de Koselleck a respeito dos modos como esses monumentos fúnebres encontram sua razão moderna na capacidade que estes têm de nos dizer algo fundamental acerca daqueles que sobrevivem, nos próprios termos destes.

Em vista de tudo que foi exposto, já é possível ter uma primeira ideia do papel que os álbuns tiveram na construção da identidade familiar e regional em meio a seus componentes, bem como para seu reconhecimento e para consolidação de uma mais abrangente, de caráter étnico, entre os membros da colônia e sua afirmação para além desta. A partir do exame do contexto específico em que esses álbuns atuaram, será apresentado a seguir um entendimento mais profundo dessa prerrogativa.

Os álbuns e as estratégias identitárias e de inserção da família Jafet

Para entender melhor a que móveis específicos correspondem as estratégias identitárias, faz-se necessária referência aos estudos sobre imigração sírio-libanesa, com o intuito de analisar suas estratégias de conquista de prestígio social no interior da colônia e na sua inserção na sociedade brasileira da década de 1940. A hipótese é que os álbuns refletem a situação dessas elites síriolibanesas no período em questão, em especial a atuação, no interior da colônia, de dois movimentos que, apesar de associados à busca de reconhecimento social e muitas vezes difíceis de separar, produziram efeitos distintos: um pautado pelo signo da busca (e conquista) por parte da comunidade de reconhecimento externo e pela construção de uma identidade englobante (dentro e fora da comunidade síriolibanesa) e, um segundo, marcado pelas divisões internas e pela concorrência entre seus membros mais bem sucedidos por prestígio dentro e fora.

A integração da colônia libanesa no Brasil se deu pela veiculação de traços positivos que definiam esses imigrantes, presentes na narrativa sobre Basílio. Antes de abordar estas qualidades e como elas surgem nesse material, é importante observar que esta associação em parte se fez mediante a promoção da identidade entre membros das nações árabes no Brasil.

6 Idem.

Sobre a primeira, como lembra Oswaldo Truzzi (2008), o inegável sucesso econômico de alguns membros da colônia síriolibanesa, entre os quais alguns assumiriam nos anos 1950 a direção de importantes associações classistas, acarretou que a colônia se beneficiasse de uma apreciação social positiva da parte das elites das capitais do país. É verdade também que a iniciativa pela adoção de uma identidade comum entre sírios e libaneses e, mais particularmente libaneses, partiu do interior da colônia, conforme assinala Elaine Vilela: “no momento em que sírios e libaneses passaram da expectativa de uma imigração de curto prazo para a de uma fixação no Brasil por um período mais longo, eles começaram a produzir mecanismos de elaboração e de alimentação das identidades e, conseqüentemente, instrumentos mantenedores da coesão social”. Importa aqui observar com a autora o papel importante que nisso teve a imprensa árabe, cuja circulação era mantida pela colônia e que chegou a contar com aproximadamente 390 revistas e jornais no Brasil (2011, p. 171).

Como observa Truzzi (2008), nesse processo de valorização a colônia sírio-libanesa entendeu ser estrategicamente conveniente acolher essa identidade abrangente atribuída pelos brasileiros, por ser carregada de cores positivas. Identidade essa que, diante de uma colônia fragmentada entre diversas religiões e regiões, encontrou sustentação na figura do mascate, que, vendida como origem comum e inclinação natural da “raça”, ressaltava o tirocínio comercial e o senso de oportunidade sem par do libanês. Assim, é possível que os álbuns possam ter procurado transmitir o reconhecimento da colônia por parte da imprensa e das autoridades paulistas por intermédio de sua deferência à trajetória de Basílio Jafet e, também, se prestam a testemunhar a autoimagem que a colônia possuía enquanto um todo unificado, ao abordar o líder em sua imprensa.

A respeito da segunda tendência, em concordância com Gattaz (2007), é possível afirmar que para os cristãos libaneses (que é o caso aqui examinado) em termos de identidade o objetivo maior foi a preservação de tradições que, embora parte de um repertório árabe comum, eram associadas à cidade de origem e particularizadas por ela. Assim, resultou a criação de instituições cuja função era a defesa de uma “cultura libanesa” supostamente “ameaçada” pela influência árabe que o contexto da imigração propiciara. A identidade desse grupo assentava-se, assim, na prática religiosa e na origem local. Ainda que essa tendência tenha sido minimizada, como se assinalou acima, na medida em que a residência definitiva na América passa a ser considerada seriamente, é verdadeiro também que, como observa Gattaz, “à medida que aumenta o grau de envolvimento do imigrante com as entidades da colônia, maior é a percepção dos problemas entre os grupos – não só entre os grupos religiosos, mas também entre sírios e libaneses” (2007, p. 60).

Além disso, segundo Truzzi (2008), o próprio sucesso de alguns de seus membros suscitará diferenciações internas à comunidade. Os libaneses, por exemplo, passam a se qualificar como mais industriais que os sírios, se auto-identificando com as atividades industriais e financeiras e associando estes ao passado de mascates. Alguns libaneses passam mesmo a reivindicar origens aristocráticas, como os próprios Jafet. Por fim, cabe assinalar que, conforme Truzzi (2008), o prestígio e a hegemonia sobre a colônia ou partes dela eram vivamente disputados por lideranças ou articulações em seu interior. Tal quadro era evidente

no financiamento e fundação de hospitais e associações assistenciais por membros prósperos da comunidade, que representavam significativos ganhos em termos de capital social e político entre o grupo. Nesse sentido, os álbuns serviram para fixar o reconhecimento dos Jafet dentro e fora da comunidade, o que consistiu em estratégia propícia para ao mesmo tempo marcar sua diferença no interior da colônia (como grupo específico e como família) e garantir hegemonia sobre ela.

Considerações finais

Conforme demonstrado aqui, os álbuns fúnebres de Basílio Jafet são capazes de revelar uma série de intenções que à primeira vista parecem restritas à manutenção, junto ao ambiente familiar, das lembranças do patriarca recém-falecido. Não obstante, uma observação mais detida deste material permite de início notar que, ainda que seja evidente que o conjunto tenha se prestado a essa função, a própria natureza do material, com sua ênfase nas características públicas, evidencia que essa prerrogativa tenha sido secundária, justamente porque outros objetos (e narrativas subjacentes) de caráter mais pessoal poderiam melhor exercer esse papel. Além disso, ao restringir o entedimento dos álbuns ao circuito doméstico, resta difícil não só entender sua sobrevivência como sua posterior doação a um Museu público e a aceitação desta instituição em garantir sua guarda.

Com efeito, na identificação de elementos históricos aqui considerados é possível acesso a uma ideia mais abrangente acerca das razões que animaram sua confecção. No que tange a seus traços gerais, se de um lado ele pode ser enquadrado como mais um tipo de memorabilia funerária doméstica própria da sensibilidade romântico-burguesa, também é plenamente associável à tradição dos monumentos públicos aos mortos, tão comuns até a primeira metade do século XX, que celebravam os valores cívicos. Isso é evidente na medida em que os álbuns proclamam as virtudes patrióticas (tanto no que respeita ao Brasil como ao Líbano) não apenas do morto como de seus familiares. De fato, uma função primordial dessa coleção é dar suporte a uma narrativa de ambos e, por isso, entedida aqui como portadora de uma característica geral das coleções privadas que é a de serem um ato-autobiográfico de vocação pública. Com efeito, esse exercício reflexivo permitiu entender os álbuns em sua condição de instrumento que serviu a determinado “enquadramento de memória”⁷ que, por sua vez, foi obediente não apenas à estratégia de integração social da família Jafet junto às elites tradicionais locais, como à afirmação identitária da comunidade árabe (e sobretudo dos imigrantes libaneses) no país.

7 No sentido atribuído por Michael Pollak (1989).

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo Santos de. Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.31, n. 61, p. 105-123, 2011.

ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

AGULHON, Maurice. *Marianne au combat: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 a 1880*. Paris: Flammarion, 1979. 251p.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. 301p.

ARIÈS, Philippe. *L'homme devant la mort*. 1. Le temps des gisants. Paris: Éditions du Seuil, 1977. 320p.

CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*. Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005. 184p.

FAGUNDES, Luciana. *Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2012. 347p.

GATTAZ, André Castanheira. Líbano uno e diverso: as múltiplas identidades entre imigrantes libaneses no Brasil. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 43-62, jan.-jun. 2007.

GONÇALVES, José Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 135-161, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2005. 224p.

KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997. 247p.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 137-191, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.

MICELI, Sérgio. *Intelectualidade à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 440p.

MOSSE, George. *The nationalization of the masses: political symbolism and mass movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 2001. 252p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 217-231, 1976.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 249-278, Jan.-jun. 2007.

TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 2008. 354p.

VAILATI, Luiz Lima. As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-71, jul.-dez., 2006.

_____. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010. 360p.

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses: Redes sociais, coesão e posição de status. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, junho/2011.

VOVELLE, Michel. *La Mort et L'Occident de 1300 a nous jours*. Paris: Gallimard, 2000. 793p.

Recebido em: 15 de outubro de 2016.

Aprovado em: 02 de novembro de 2016.